

ENGIE SOLAR FLORESTA II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A. ("Floresta II" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Floresta II é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica Floresta II, com capacidade instalada de 32,0 MW, garantia física de 9,4 MWh, e energia comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR). A Floresta II é uma das 3 Centrais Fotovoltaicas (Centrais) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Floresta, localizado no município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal. Controle Acionário

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50. Desempenho Operacional

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 53,2 GWh, desempenho 2,4% superior à observada em 2024, que foi de 52,0 GWh.

O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de trackers e inversores, em 2025 atingiu 97,20%, 2,45 p.p. superior ao obtido em 2024, de 94,75%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	22.557	25.348	(2.791)	(11,0)
Lucro bruto	7.561	11.215	(3.654)	(32,6)
Resultado do serviço (Ebit)	4.724	11.023	(6.299)	(57,1)
Ebitda (Lajida) ¹	11.955	18.331	(6.376)	(34,8)
Resultado financeiro	(8.233)	(6.495)	(1.738)	26,8
(prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.502)	3.275	(7.777)	(237,5)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução, observada entre os períodos, está relacionada ao aumento dos valores de ressarcimento às distribuidoras (reduzora da receita).

Ebitda e Ebit: a redução é motivada, principalmente, pela redução da receita líquida, bem como, pelo aumento nos custos da energia vendida.

Prejuízo do exercício: a variação é motivada pelos efeitos anteriormente citados e, pelo respectivo reflexo no imposto de renda e contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

ENGIE SOLAR FLORESTA II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.520/0001-50 | NIRE Nº 24 3 0001210-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.679	6.293
Contas a receber de clientes	5	3.325	3.177
Outros ativos circulantes		1.373	1.359
		11.377	10.829
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	3.655	3.660
Outros ativos não circulantes		474	437
		4.129	4.097
Imobilizado	7	146.477	150.958
Intangível		3.097	3.296
		153.703	158.351
TOTAL		165.080	169.180
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	4.915	5.566
Dividendos	11	3.111	311
Financiamento	10	7.593	7.419
Ressarcimentos às distribuidoras	12	21.405	16.749
Outros passivos circulantes		346	534
		37.370	30.579
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	2.730	3.105
Financiamento	10	71.982	77.428
Provisão para desmobilização	8	5.396	4.244
		80.108	84.777
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	11		
Capital social		50.278	49.198
Reservas de lucros		-	1.826
Dividendos adicionais propostos		-	2.800
Prejuízos acumulados		(2.676)	-
		47.602	53.824
TOTAL		165.080	169.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR FLORESTA II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.520/0001-50 | NIRE Nº 24 3 0001210-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	22.557	25.348
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(7.231)	(7.308)
Serviços de terceiros		(3.142)	(3.958)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(652)	(615)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(65)	(49)
Outros		(3.906)	(2.203)
		(14.996)	(14.133)
LUCRO BRUTO		7.561	11.215
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(359)	(183)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas		(2.478)	(9)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		4.724	11.023
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		221	1.331
Renda de depósitos vinculados		500	386
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(8.471)	(7.619)
Juros sobre fornecedores		(325)	(318)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(198)	(200)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		40	(75)
		(8.233)	(6.495)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(3.509)	4.528
Imposto de renda e contribuição social correntes	13		
Corrente		(993)	(1.253)
		(993)	(1.253)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(4.502)	3.275
RESULTADO POR AÇÃO (EM REAIS)		(0,09)	0,07

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	2025	2024
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.502)	3.275
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(4.502)	3.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR FLORESTA II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.520/0001-50 | NIRE Nº 24 3 0001210-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 31.12.2023		64.198	1.663	7.018	-	72.879
Redução de capital		(15.000)	-	-	-	(15.000)
Dividendos adicionais propostos		-	-	(7.018)	-	(7.018)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.275	3.275
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	163	-	(163)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(312)	(312)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	2.800	(2.800)	-
Saldos em 31.12.2024	11	49.198	1.826	2.800	-	53.824
Aumento de capital		1.080	-	-	-	1.080
Dividendos adicionais propostos		-	-	(2.800)	-	(2.800)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.502)	(4.502)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(1.826)	-	1.826	-
Saldos em 31.12.2025	11	50.278	-	-	(2.676)	47.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR FLORESTA II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.520/0001-50| NIRE Nº 24 3 0001210-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	(3.509)	4.528
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	7.231	7.308
Juros e variação monetária sobre financiamento	8.471	7.619
Baixa de ativo imobilizado	2.546	10
Juros sobre fornecedores	325	318
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	198	200
Renda de depósitos vinculados	(500)	(386)
Outros	(58)	28
Resultado antes dos tributos ajustado	14.704	19.625
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(148)	(137)
Outros ativos	(346)	(743)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(900)	10
Ressarcimentos às distribuidoras	4.656	11.362
Outros passivos	(232)	(419)
Caixa gerado nas operações	17.734	29.698
Pagamentos de juros sobre financiamento	(6.444)	(6.938)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(602)	(1.082)
Caixa líquido das atividades operacionais	10.688	21.678
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(4.588)	(5.745)
Caixa líquido das atividades de investimento	(4.588)	(5.745)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	1.080	(15.000)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	505	599
Pagamento de financiamento	(7.229)	(7.111)
Custo de transação de financiamento	(70)	-
Dividendos pagos	-	(7.799)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(5.714)	(29.311)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	386	(13.378)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	6.293	19.671
Saldo final	6.679	6.293
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	386	(13.378)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR FLORESTA II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
CNPJ Nº 23.741.520/0001-50 | NIRE Nº 24 3 0001210-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A. (“Floresta II” ou “Companhia”), com sede no município de Areia Branca, Estado de Rio Grande do Norte (RN), foi constituída em 26.11.2015, sendo constituída, inicialmente, com prazo determinado de 25 anos e posteriormente alterando o prazo para indeterminado conforme artigo 3º de seu Estatuto Social. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e exploração de Empreendimento de energia elétrica por fonte solar. A Companhia detém autorização para explorar a Usina Solar Fotovoltaica Floresta II (“Usina”), e possui capacidade instalada de 32 MW¹ e garantia física de 9,4 MW médios. Em 23.12.2017, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

A Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir de sua celebração em 26 de abril de 2016, conforme publicação no Diário Oficial da União para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

A contabilização da energia produzida pela Companhia ocorre de forma mensal. De acordo com o Preço de Venda Atualizado (PVA), a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Floresta, com participação de 37,50%. O Consórcio Floresta é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Floresta (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16.04.2026.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

c) Continuidade operacional

Apesar de a Administração reconhecer a existência de indicadores negativos, conclui-se, que não há incertezas materiais que comprometam o pressuposto de continuidade operacional. Tal conclusão apoia-se, sobretudo, na disponibilidade de suporte financeiro por parte da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., que demonstra capacidade e compromisso em prover os recursos necessários para atender às obrigações e manter a regularidade das operações de suas controladas.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais a administração acredita refletirem a vida útil estimada dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado (*Impairment*)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no regime de tributação do lucro presumido, de acordo com as bases tributárias determinadas pela legislação fiscal vigente, considerando as normas e as alíquotas aplicáveis na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Floresta (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

I) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.</p>	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p>CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2.450	2.971
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	4.229	3.322
	6.679	6.293

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e de 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 3.325 (R\$ 3.177 em 31.12.2024) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 3.655 (R\$ 3.660 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	4,1%	1.250	(134)	1.116	271
Máquinas e equipamentos	3,9%	184.797	(48.353)	136.444	136.085
Direito de uso de arrendamentos	3,4%	3.025	(557)	2.468	3.017
Outros	6,2%	79	(6)	73	21
		189.151	(49.050)	140.101	139.394
Em curso		6.376	-	6.376	11.564
		195.527	(49.050)	146.477	150.958

b) Mutação do ativo imobilizado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2023	290	142.384	22	2.946	5.951	151.593
Ingressos	-	-	-	-	5.642	5.642
Remensuração	-	-	-	173	-	173
Desmobilização	-	578	-	-	-	578
Transferências	-	29	-	-	(29)	-
Baixas	-	(10)	-	-	-	(10)
Depreciação	(19)	(6.896)	(1)	(102)	-	(7.018)
Saldos em 31.12.2024	271	136.085	21	3.017	11.564	150.958
Ingressos	-	-	-	-	4.499	4.499
Remensuração	-	-	-	(450)	-	(450)
Desmobilização	-	954	-	-	-	954
Transferências	874	8.760	56	-	(9.687)	3
Baixas	-	(2.546)	-	-	-	(2.546)
Depreciação	(29)	(6.809)	(4)	(99)	-	(6.941)
Saldos em 31.12.2025	1.116	136.444	73	2.468	6.376	146.477

c) Provisão para desmobilização

Em 2022, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 5,70%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2025 era de R\$ 5.396 (R\$ 4.244 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 198 registrada no resultado de 31.12.2025 (R\$ 200 em 31.12.2024) e (ii) aumento de R\$ 954 em por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão (R\$ 578 em 31.12.2024).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Solar Fotovoltaica Floresta II, com capacidade instalada de 32 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 06.2016.

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores	4.638	5.224
Arrendamentos a pagar	3.007	3.447
	7.645	8.671
Passivo circulante	4.915	5.566
Passivo não circulante	2.730	3.105
	7.645	8.671

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP, em decorrência do financiamento contratado.

A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, o financiamento contratado tende a estar protegido pelos contratos de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, representando, portanto, um hedge natural de longo prazo. Adicionalmente, o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário	Sensibilidade		
	12 meses	Provável	Provável	$\Delta + 25\%$ ¹	Administração
TJLP	9,1%	31.12.2026	0,1 p.p.	2,3 p.p.	-0,4 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos). As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
TJLP	79.575	(66)	(1.253)	208

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	79.575	84.847
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(3.655)	(3.660)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.679)	(6.293)
Dívida líquida	69.241	74.894
Patrimônio líquido	47.602	53.824
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,5	1,4

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa contratual	Contábil
Fornecedores	4.915	633	871	6.675	13.094	7.645
Financiamentos	13.341	24.954	22.641	52.746	113.682	79.575
	18.256	25.587	23.512	59.421	126.776	87.220

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	4.229	3.322
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	2.450	2.971
Contas a receber de clientes	3.325	3.177
Depósitos vinculados	3.655	3.660
	13.659	13.130
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	7.645	8.671
Ressarcimentos às distribuidoras	21.405	16.749
Financiamentos	79.575	84.847
	108.625	110.267

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

	Total
Saldos em 31.12.2023	91.277
Juros e variação monetária	7.619
Amortização do principal	(7.111)
Amortização de juros	(6.938)
Saldos em 31.12.2024	84.847
Custo de transação de financiamento	(70)
Juros e variação monetária	8.471
Amortização do principal	(7.229)
Amortização de juros	(6.444)
Saldos em 31.12.2025	79.575
Passivo circulante	7.593
Passivo não circulante	71.982
	79.575

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	7.320
2028	7.320
2029	7.320
2030	7.320
2031	7.320
2032 a 2036	35.382
	71.982

c) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2025
		Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	TJLP + 2,15% a.a. ¹	10.2036	Mensais a partir de 06.2019	79.575

(1) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta ENGIE Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,30$

(1) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

A Companhia não atingiu os limites mínimos do ICSD estabelecidos em seu contrato de financiamento com o BNDES no exercício findo em 31.12.2025. Contudo, o BNDES formalizou, previamente às medições, que o descumprimento não acarretaria o vencimento antecipado dos financiamentos;

NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 era de R\$ 50.278 (R\$ 49.198 em 31.12.2024), representado por 50.278.495 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, (49.198.495 em 31.12.2024) das quais 50.278.495 pertencem à controladora ENGIE Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A., controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	23.412	26.308
	23.412	26.308
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(855)	(960)
	22.557	25.348

Em 2025, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 4.486 (R\$ 10.947 em 31.12.2024), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2025, apresentava saldos de R\$ 21.405 no passivo circulante (R\$ 16.749 em 31.12.2024).

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das usinas pertencentes ao Conjunto Fotovoltaico Floresta. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia.

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados a seguir:

Leilão	Tipo	Crítérios de reconhecimento
		Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada.
8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%.
		Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	23.412	23.412	26.308	26.308
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.873	2.809	2.105	3.157
Receita financeira	802	802	1.757	1.757
Outros	69	69	(383)	(383)
Base de cálculo	2.744	3.680	3.479	4.531
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(412)	(331)	(522)	(408)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	(250)	-	(323)	-
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(662)	(331)	(845)	(408)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 8.013.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até março de 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 18.431.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão de energia reserva (LER), em 31.12.2025, era de R\$ 489.496.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Fotovoltaico Floresta participa da referida apólice no montante de R\$ 356.416 para danos materiais e R\$ 136.854 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém contrato com a sua controladora ENGIE, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da ENGIE Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Dianne Elissa Desan Calado
Diretora Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luís Barbieri Colombo
Contador - CRC SC-038020/O-8



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ENGIE SOLAR FLORESTA II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **ENGIE SOLAR FLORESTA II GERAÇÃO CENTRALIZADA SPE S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a
- razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.




Shape the future
with confidence

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 16 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O